

Congresso votará hoje

Jornal de Brasília • 5

72 decretos-leis

Sob a ameaça do PDT de obstruir a votação, o Congresso Nacional reúne-se pela manhã com a missão de esvaziar a pauta e, em esforço concentrado, votar 72 decretos-leis. Mas os líderes não fecharam acordo e os 24 decretos (polêmicos) restantes, entre eles, o congelamento da URP, Trileão, complementação de recursos para o orçamento da União e extinção do Incra, serão somente decididos pelo voto em plenário.

Inconformado por não ter participado da triagem dos pontos polêmicos, o deputado Amaury Müller, vice-líder do PDT, avisou que poderá deflagrar um movimento para obstruir a votação de hoje. Segundo ele, o Congresso não deve se «apressar em atender as necessidades do Governo, sugerindo apreciação caso a caso». Esta proposta foi bem recebida pelo líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro — que também não participou da triagem —, justificando que «é perigoso tomar uma decisão global para assuntos distintos, que depois podem gerar prejuízos incalculáveis», disse.

Entendimento

Ontem, no gabinete do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, algumas lideranças estiveram reunidas na tentativa de selecionar os pontos polêmicos dos passíveis de acordo. Ao final, ficou acertado que 72 decretos serão

aprovados, hoje, por voto de liderança, e os 24 restantes serão objeto de negociação entre os líderes até antes da promulgação da Constituição. O primeiro decreto a ser apreciado será o que acabou com o gatilho salarial e instituiu a URP.

Na imensa lista de decretos não polêmicos a serem apreciados na sessão convocada para às 09h30, estão incluídas medidas «fisiológicas, estranhas e caducas», segundo opinião do deputado Adylson Motta (PDS/RS). Citando um exemplo humorístico, afirmou que o Governo, segundo decreto nº 2.352, concedeu abono salarial de Cr\$ 250,00, em decorrência do Pla-

no Cruzado e poucos dias depois baixou outro permitindo às indústrias e comércio repassar aos preços dos produtos o valor do abono concedido aos trabalhadores e funcionários públicos. «E o Presidente garantiu, em sua posse, que não governaria o País através de decretos-leis», ironizou o parlamentar.

O Congresso poderá também aprovar o cancelamento de débitos para com a Sunab (em decorrência de multas do cruzado) de até Cr\$ 500,00 e isentar do pagamento de ITR todos os proprietários rurais possuidores de até três módulos fiscais.

O QUE SERÁ VOTADO

- Gratificações e vantagens para os funcionários do DNER, servidores do Poder Judiciário, TCU, Sudene, Diplomatas, Polícia Federal, Civil, Militar e Bombeiros, auditores fiscais, agrônomos, veterinários e professores.
- Extinção do empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos
- Concessão de incentivos fiscais à Siderbras
- Instituição Piso Nacional de Salários e SM de Referência
- Legislação do IR pessoas jurídicas (FINSOCIAL)
- Concessão de isenção de OPI a produtos adquiridos pela Cruz Vermelha.
- Isenção de ITR, de 1981 a 1986, todas as propriedades rurais de até 3 módulos fiscais
- Transformação cargos no TCU
- Isenção de IOF para produtos importados
- Cancelamento de débitos para com a Sunab até Cr\$ 500,00
- Destinação à FUNDAF e LBA dos recursos, produtos e mercadorias estrangeiras apreendidas.

Josemar Gonçalves 7.1.87



Müller quer obstruir votação